

## RELIGIÃO E INTOLERÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA PIBIDIANA

---

Oscar Menezes Rodrigues<sup>1</sup>

### RESUMO:

Este artigo relata as experiências observadas através da implementação do projeto "Religião e Intolerância" na escola pública Agenor Ferreira Lima em Manaus, Amazonas, Brasil durante o segundo semestre do ano de 2017. O projeto foi proporcionado a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e os alunos que participaram do projeto estavam no 6º ano do ensino fundamental no sistema escolar local. Dado o pouco tempo disponível para a implementação do projeto, ele teve um caráter introdutório. O debate de tópicos relativos à religião e intolerância em sala de aula é atualmente imprescindível, uma vez que contamos com um grande e crescente volume de casos de violência religiosa no Brasil. Além disso, a importância de tal debate é ainda mais realçada pelo fato de que o assunto não é apenas negligenciado na esfera pública, mas também silenciado nas escolas, adquirindo o status de tabu. Aqui pretendemos apresentar as dimensões teóricas e práticas consideradas no projeto "Religião e Intolerância". Portanto, pretendendo esclarecer o quadro conceitual e prático deste projeto, primeiramente me aproximei da multiplicidade de possibilidades nas quais podemos refletir sobre a ideia de religião e sua relação com a ideia de intolerância. Esse exercício nos leva a outros conceitos intimamente relacionados, como o monoteísmo, o politeísmo, a discriminação, a violência e o racismo. Partindo desta abordagem inicial, o diálogo sobre a intolerância religiosa torna-se então facilitado. Em segundo lugar, detalho os passos dados na execução deste projeto, desde o planejamento e desenvolvimento até os resultados observados. Finalmente, com base nos resultados e conclusões extraídos deste estudo, destaco a importância da educação em face do vasto cenário histórico da intolerância religiosa no Brasil.

**Palavras chave:** Intolerância religiosa, experiência PIBID, ensino de história, violência de motivação religiosa.

O presente artigo que é fruto do projeto intitulado “Religião e Intolerância”, desenvolvido na Escola Municipal Agenor Ferreira Lima, situada na zona leste de Manaus – AM entre outubro e dezembro de 2017 (4º bimestre) com os alunos do 6º ano A e B do ensino fundamental, surgiu a partir da observação dos alunos em sala de aula, momentos nos quais pude presenciar situações peculiares, como quando um aluno disse para outra aluna que havia pintado o cabelo que “vermelho era cor do Diabo”, ou quando em outro momento durante uma brincadeira um aluno quis demonstrar repúdio ao seu colega e para isso usou o sinal da cruz e disse: “sai Satanás!”. Por conta desses e outros momentos, comecei a perceber que naquele espaço havia a predominância de uma determinada representação que caracterizava elementos como “malignos” e por isso deveriam ser repreendidos. Diante disto, questionei-me se esta

---

<sup>1</sup> Graduando de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Amazonas.



representação poderia ganhar uma dimensão mais ampla na vida dos alunos, ultrapassando o limite das brincadeiras em sala de aula e levando-os a posicionamentos mais complexos e delicados como cidadãos, mesmo que de forma inconsciente ou mesmo involuntária. O projeto “Religião e Intolerância”, portanto, foi pensado como uma medida preventiva, tencionando ampliar, mesmo que minimamente, a percepção dos alunos acerca da ideia de religião, leva-los ao entendimento do que é intolerância e como essa ideia está fortemente relacionada com as ideias de discriminação e violência e, por fim, relacionar as noções de religião e intolerância para podermos pensar em que medida e através de quais formas a intolerância religiosa se faz presente em nossa sociedade e a partir de quais meios devemos combatê-la. A temática se torna relevante conforme observamos que a intolerância – vale dizer, não só religiosa – é um fenômeno que hoje, talvez não menos do que antes, está presente em todas as dimensões da vida social, inclusive nos espaços de educação institucionalizada (escolas e universidades). Compreendendo que os conceitos de *religião* e *intolerância* são amplos e remetem a outras noções, como discriminação, racismo, violência, monoteísmo, politeísmo, entre outros, tanto pelo direcionamento aqui proposto quanto pela sua própria historicidade, faz-se necessária, em um primeiro momento, a reflexão sobre esta rede conceitual na tentativa de compreender de forma mais ampla a temática da intolerância religiosa.

### **Religião e Intolerância**

Em seus primeiros indícios, a religião representou “um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições” (SILVA, 2004, p.04). Posteriormente, tal conceito alargou-se, agregando a crença em “divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação que, contemporaneamente, entendemos como religiosas” (SILVA, 2004, p.04). É desta forma mais ampla que hoje significamos o conceito de religião, como “um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos”, “além de rituais e códigos morais”. (SILVA, 2004, p. 05; SILVEIRA, 2010, p.03). Ao longo da história, a religião serviu como instrumento para explicar o mundo e questões referentes a vida, morte, criação do universo e outras tantas questões pelas quais buscamos incessantemente por respostas. Nesta trajetória, partindo de perspectivas distintas, várias respostas foram propostas para solucionar tais questões. Em razão deste movimento ramificado foi construído um sentido plural: religiões. Contudo, é importante notar que com o passar do tempo e concomitantemente com as religiões, surgiram outras formas de tentar compreender e explicar o mundo, como a filosofia e a ciência.



As múltiplas perspectivas religiosas podem ser compreendidas dentro de grupos conceituais que reúnem aquelas que mais assemelham-se. Muito embora seja importante salientar que cada religião possui suas particularidades e distinções em relação as outras. Neste caleidoscópio conceitual existe o grupo das religiões *panteístas*, que são aquelas que consideram a natureza como um elemento central da religiosidade. São comumente relacionadas aos primeiros povos (mesopotâmicos, asiáticos, indígenas americanos, celtas, africanos), para quem a natureza (vento, sol, chuva, água, fogo, animais) era o divino (CORRÊA, 2012, p. 11). Tudo que os cercavam era expressão do divino. Desta forma, não existia uma personificação religiosa. “Deus é o mundo e busca-se a harmonia com a Natureza, o equilíbrio ecossistêmico”. (SILVEIRA, 2010, p.01).

Há também as religiões entendidas como *politeístas*, as quais tiveram suas primeiras manifestações durante a Antiguidade. na África, Egito, Europa, Grécia, Roma, Índia e Japão. O principal diferencial das religiões politeístas em relação aos panteísmos é o atributo antropozoomórfico, que mescla os elementos humanos com elementos da natureza (sol, chuva, lua, animais), gerando as personificações divinas compreendidas como *deuses*. Os politeísmos são ainda caracterizados pela crença simultânea em vários deuses. As personificações representam cada qual um componente da natureza ou até mesmo abstrações, como a “justiça”, no caso do politeísmo egípcio (FREUD, 1975, p.32 APUD SILVA, 2010, p.51). É com os politeísmos que as religiões começam a possuir registros escritos, diferente das religiões panteístas, que se valem da tradição oral como forma de garantir a manutenção e sobrevivência das práticas para seus descendentes. Entretanto, mesmo com o uso da tecnologia da escrita as religiões politeístas não podem ser caracterizadas enquanto religiões dogmáticas, tais como os monoteísmos. Em alguns politeísmos, como o dos gregos, as representações divinas adquirem características quase que exclusivamente humanas, perdendo consideravelmente, se comparado com outros politeísmos, suas características antropozoomórficas (SILVEIRA, 2010, p. 06).

Há ainda o grupo das religiões *monoteístas*, representadas sobretudo pelo judaísmo, cristianismo e o islamismo. Estas religiões tem em comum e por principal característica a crença em um único deus, este com características completamente humanas. Assim sendo, os monoteísmos diferenciam-se substancialmente dos panteísmos e politeísmos. As religiões monoteístas são aquelas que possuem o maior número de adeptos no mundo, sendo o cristianismo a maior delas com 2,18 bilhões de adeptos e o islamismo com 1,6 bilhões. (SILVEIRA, 2010, p. 03). Há também grandes religiões politeístas em número de adeptos que são maiores que outros tantos monoteísmos, como é o caso do hinduísmo, com 900 milhões de



adeptos, mais do que o décuplo do judaísmo, hoje com 20 milhões (SILVEIRA, 2010, p.02). Mesmo assim, ao longo da história várias sociedades deixaram de cultuar múltiplos deuses em função da crença em um deus único.

Segundo Ferreira, o termo intolerância refere-se a ausência de tolerância que, por sua vez, caracteriza-se como uma “tendência a admitir modos de pensar, de agir e de sentir que diferem dos de um indivíduo ou de grupos determinados, políticos ou religiosos” (FERREIRA, 1999, p. ???). Ou seja, a intolerância significa não admitir “opiniões divergentes das suas, em questões sociais, políticas ou religiosas” (FERREIRA, 1999, p. ???)<sup>2</sup>. Por outro lado, ser tolerante, ainda segundo Ferreira, significa “suportar, aguentar” e o tolerável seria aquilo que “não tem grandes defeitos” (FERREIRA, 1999.) Portanto, é importante ressaltar que consideramos que a intolerância não deve ser combatida com a tolerância, mas sim com o respeito, pois este representa o “estabelecimento de relações mais saudáveis, em que se investe em tratamento digno e justo, considerando o sujeito em sua totalidade” e igualmente o seu “acesso de direitos, previstos nas políticas públicas” (BARBOSA, 2012, p. 30).

A intolerância mantém relação direta com outras ideias, como a ideia de violência, um elemento presente em todas as sociedades com diferentes formas e significados ao longo do tempo. Entende-se por violência toda ação na qual um indivíduo impõe sua força sobre outro, podendo ser de forma física ou simbólica, com motivações de ordem étnica, econômica, sexual, moral, cultural ou religiosa, violando assim, seus direitos (SILVA, 2009, p. 412; OLIVEIRA, 2011, p.17). A violência também pode assumir a forma de opressão social. Neste caso, a violência adquire um caráter estrutural, enraizando-se “nos modelos, símbolos, hábitos, padrões e práticas inquestionáveis” que regem determinada sociedade ou grupo social, assim como nos “pressupostos epistemológicos, morais e religiosos” que se encarregam não somente da implementação e da realização dos “papéis e tarefas sociais, culturais e religiosos prescritos, mas também [das] consequências individuais do seguir (ou não) códigos e normas sociais,

---

<sup>2</sup>Consideramos que o primeiro passo para a ação efetiva da intolerância seja o preconceito, que se caracteriza enquanto uma concepção que considera determinada cultura, determinada crença e determinadas práticas como superiores/melhores que a de outros povos ou grupos. Desta forma, o preconceito mantém relação direta com o etnocentrismo e o racismo, por ver na diferença uma ameaça e julgá-la a partir de parâmetros culturais específicos. Por outro lado, também caracteriza-se como uma atitude inerentemente intolerante, por não admitir diferenças. As especificidades da noção de preconceito se expressam por noções mais pontuais, como racismo, xenofobia, homofobia, preconceito social ou preconceito/intolerância religioso(a). Portanto, o processo de intolerância inicia-se como uma ideia que ao relacionar-se com outras noções pode chegar ao efetivo ato discriminatório. A discriminação por sua vez consiste na prática concreta do preconceito/intolerância em fragilizar ou negar a existência das diferenças. A discriminação é, pois, a manifestação concreta do preconceito e também pode ser definida como uma prática essencialmente violenta, uma vez que se trata de um processo de imposição e coerção através da força. Todas essas noções estão interligadas e interpenetram-se, o que torna difícil em muitas vezes limitá-las ou pensá-las isoladamente. SILVA, 2009, p. 127-131; p. 412-415; p. 346-350; Oliveira, 2011, p. 20-21; SILVA, 2004, p.08; p.12.



culturais e religiosos aprovados”. (OLIVEIRA, 2011, p. 17). Ou seja, a violência, enquanto opressão social, acontece em consequência de parâmetros normativos pré-estabelecidos que interferem não somente no funcionamento da sociedade enquanto grupo(os), mas também em nível individual na medida em que o indivíduo recebe um estigma social por aderir (ou não) aos padrões sociais vigentes.

As normatizações sociais são importantes enquanto leis ou códigos culturais que remetem à ideia de respeito e que tenham por finalidade mediar o convívio entre os diferentes grupos presentes em uma sociedade. Desta forma, elas garantem o convívio social harmonioso. Por outro lado, a normatização cultural é socialmente nociva, pois ela cria o sentimento de superioridade. Portanto, uma das grandes fontes de intolerância é a ideia de normatização cultural, pois esta faz as diferenças adquirirem um caráter maniqueísta e hierárquico criando uma representação do Outro que resulta em concepções preconceituosas (estereótipos) que podem transformar-se em discriminações, manifestadas enquanto violências simbólicas ou físicas. Conforme temos um modo de pensar, um modo de vestir, um modo de ser, abrimos espaço para o surgimento da intolerância e outras tantas mazelas sociais.<sup>3</sup>

As religiões são alvos – e podem também funcionar como “condutores” – do fenômeno da *intolerância*, no caso, religiosa. No entanto, mesmo quando determinado ato de intolerância apresenta-se aparentemente por motivações religiosas, não significa necessariamente que apenas elementos de ordem religiosa motivem a ação dos indivíduos que o cometem. Muitas vezes a intolerância religiosa é somente o veículo para violências motivadas por razões de ordem econômica, social ou política. No Brasil, por exemplo, devido às especificidades históricas referentes sobretudo ao período colonial, a intolerância religiosa em muitos casos está associada a outras formas de preconceito e discriminação, como o racismo para com as religiões de matriz africana (CAPUTO, 2009; SANTOS, 2009; OLIVEIRA, 2011; QUINTANA, 2013; ARAÚJO; ACIOLY, 2016) e o etnocentrismo para com as religiões indígenas.<sup>4</sup> A colonização do Brasil se deu por duas frentes: a da espada e a da cruz (FONSECA,

---

<sup>3</sup>É válido ressaltar que consideramos aqui que o processo de intolerância, desde o seu primeiro estágio, está condicionado a uma característica específica e comum no modelo de organização social ocidental moderno: a hierarquização. Desde os aspectos mais simples aos mais complexos da vida social temos hierarquizações, classificações e padronizações. Esta característica acaba se tornando um modo de “ler” o mundo, sendo as diversidades também lidas por esta perspectiva. Há para tudo um padrão que se encaixa em uma hierarquia classificatória e, conseqüentemente, um estigma social para com aquilo que foge do padrão. O preconceito/intolerância é, portanto, a consequência de uma organização social em que a desigualdade é inerente para o seu funcionamento. (GAVIRIA, 2014, p. 140-147).

<sup>4</sup>Muito embora penso ser enormemente trabalhoso – e a partir de certo ponto desnecessário – conseguir desmembrar e ler as entrelinhas da intolerância na busca por todos os elementos responsáveis por sua formação dentro de cada contexto específico, tendo em vista uma enorme bagagem histórica que transforma a atual desigualdade social em uma bola de neve. Acredito que as conceituações, tais como “intolerância religiosa”,



A. B; ADAD, C. J. C, 2016, p. 41). Desta forma, a conquista territorial e espiritual – esta última através do catolicismo – foram duas partes de um mesmo processo. A inquisição portuguesa atuou no Brasil com visitas a partir de 1591, promovendo 25 mil processos e condenando 1.500 pessoas à morte em dois séculos e meio com o intuito de salvar almas e combater as “obras diabólicas” (FONSECA; ADAD, 2016, p. 9-13). As perspectivas cosmológicas indígenas, consideradas selvagens e profanas, constituíram grande preocupação para aqueles que reivindicavam para si o domínio sobre o discurso do universo sobre-humano. Na tentativa de apagar tais religiões acatólicas, foram pretensamente convertidos<sup>5</sup> (FONSECA; ADAD, 2016, p. 11). Com o tempo, perspectivas religiosas distintas foram sendo introduzidas na América Portuguesa, seja pelas invasões de outros povos europeus (holandeses, franceses, ingleses) no território luso ou pela mobilidade de pessoas da Metrópole para a Colônia, mas todas vistas a partir do estigma da heresia. O islamismo, por exemplo, foi trazido pelos africanos a América Portuguesa quando iniciou-se o tráfico destes indivíduos para o trabalho escravo na produção canavieira, ainda no século XVI. Os africanos também trouxeram as diversas religiões de tradição africana que deram origem as religiões afro-brasileiras e afro-caribenhas. Portanto, no contexto colonial, “anglicanos, reformadores alemães, metodistas, presbiterianos, batistas, adventistas, judeus, negros e indígenas seguiam convivendo juntos num território onde ser brasileiro era ser católico”. (FONSECA; ADAD, 2016, p. 14).

Como a história do catolicismo na América Portuguesa/Brasil se confunde com a própria chegada dos europeus, desde os primeiros momentos da América Portuguesa houve a prevalência de uma religião, no caso, o cristianismo, religião oficial do Brasil até a proclamação da república em 1889. Em termos legais, este cenário começou a mudar somente depois de quase cinco séculos do início da colonização portuguesa, com a Constituição Federal de 1988,

---

“racismo”, “etnocentrismo”, nos forneçam classificações sobretudo teóricas, pois a prática se dá de forma híbrida. É importante também considerar, no caso da intolerância religiosa, a própria formação das religiões, sobretudo os monoteísmos, que trazem em seus fundamentos características que os fazem intrinsecamente intolerantes (SILVEIRA, 2010; GAVIRIA, 2014).

<sup>5</sup>É importante ressaltar que o movimento pretendido pelos europeus de impor suas práticas e seus valores aos indígenas na tentativa de eliminar suas culturas não aconteceu da forma como eles esperavam. O que houve não foi a eliminação de uma cultura em detrimento de outra, mas sim a conversão de sentidos em um processo de mestiçagens culturais. Ou seja, os indígenas não compreendiam o cristianismo e seus elementos da mesma forma que os europeus, mesmo que esta fosse a pretensão inicial. Os nativos mesclavam os elementos cristãos com elementos de seus campos semânticos simbólicos e a partir daí era gerado um novo significado. Portanto, não se trata em pensar a partir da noção de índios que exercem uma resistência cultural surda, imutável, ou o nativo aculturado que perde a sua cultura na medida em que é pretensamente convertido. Trata-se de “espaços de negociação, pontos de convergência, diálogos e processos de conversões dos sentidos” entre “universos simbólicos [que] foram colocados em diálogo e, em sua dinâmica, foram construindo novos significados para crenças e tradições” (CARVALHO JÚNIOR, 2011, p. 11).



na qual era garantido direitos a diversidade, liberdade, entre outros.<sup>6</sup> Contudo, ainda na segunda metade do século XX, com o surgimento do movimento neopentecostal e a sua “guerra espiritual contra o Diabo” (ARAÚJO, V. A. B. de; ACIOLY, A. C, 2016, p. 575) os casos de intolerância religiosa, sobretudo para com as religiões de matriz africana, alcançaram grandes proporções (FONSECA, A. B; ADAD, C. J. C, 2016, p. 16; CAPUTO, S. G, 2010, p. 01-02; ARAÚJO, V. A. B. de; ACIOLY, A. C, 2016, p. 568-577). Estes casos de intolerância religiosa que envolvem neopentecostais e religiões de matriz africana evidenciam o grave descompasso existente entre a norma (aparato legislativo) e a prática (inúmeros casos de intolerância religiosa). Ainda, atesta o quanto estamos distantes de conseguirmos lidar de forma clara e justa com o nosso recente passado escravista, uma vez que compreendemos de modo axiomático que a intolerância religiosa para com as religiões de matriz africana está revestida de outros preconceitos, sobretudo o racismo.<sup>7</sup>

Segundo Antônio Ozaí da Silva, as religiões monoteístas têm um caráter inerentemente intolerante devido à noção do deus único e universal. Ou seja, a eleição de um único deus se transforma em um ato de imposição/violência conforme “exige a derrota dos outros deuses e o reinado do UM, [tendendo] à intolerância e à supressão das divergências”. (SILVA, 2010, p. 50). O autor faz um contraponto entre monoteísmo e politeísmo e identifica os politeísmos como sendo religiões, diferentemente dos monoteísmos, intrinsecamente tolerantes. A título de exemplificação, o autor analisa o funcionamento do politeísmo grego na sociedade em questão e caracteriza-o como uma “forma de um culto cívico e político”. (SILVA, 2010, p. 48-49). Trata-se de uma religião em que a divindade está inserida nas práticas sociais cotidianas, a religião de um povo que relativiza a sua própria crença e está aberto para as diversidades, sendo, portanto, uma forma de religiosidade mediada sobretudo pela relação social e local, daí sua característica fundamentalmente tolerante e democrática, pois não há uma tendência universal. (SILVA, 2010, p. 49-50). Por outro lado, o autor considera que o monoteísmo também apresenta uma abertura para a democracia, tendo em vista a multiplicidade de pensamentos que resultaram na invenção de diversas religiões monoteístas, cada qual com múltiplas ramificações e

---

<sup>6</sup>Ver constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Título I: art. 1º; art. 3º; art. 4º; Título II, cap. I: art. 5º; Título VIII, cap. III, seq. I: art. 205, art. 206, art. 210, art. 216.

<sup>7</sup>“Um ponto fundamental para se entender os mecanismos e possibilidades do racismo é saber que ele não se restringe à cor da pele, mas busca punir todo um campo semântico, uma gama de signos e símbolos ligados ao universo negro” (CAPUTO, S. G, 2010, p. 01-02).



especificidades.<sup>8</sup> Trata-se de um duplo movimento: a diversificação gerou a intolerância e ao mesmo tempo a busca por convívio harmonioso (SILVA, 2010, p. 50), traduzível pelo *ecumenismo*.<sup>9</sup>

A partir desta perspectiva, nota-se que desde muito cedo a história do Brasil esteve propensa a ser fortemente marcada pela intolerância e pela violência. Na medida em que outras crenças chegavam ao Brasil, a intolerância foi adquirindo novas dimensões, significados e apropriando-se de novos espaços. Portanto, a intolerância religiosa no Brasil possui caráter histórico e dispõe não somente das questões religiosas como foco de tensão, mas engloba outras dimensões sociais, resultando em preconceitos híbridos (CAPUTO, S. G, 2010, p. 01-02). No entanto, as experiências brasileiras talvez não correspondam a primeira interação entre religião e intolerância. No reinado de Amenófis IV, os egípcios vivenciaram um breve momento no qual o faraó adotou o monoteísmo, sendo Aten<sup>10</sup> escolhido como o único deus (ROMÁN, 2014, p. 18). O politeísmo egípcio, com sua complexa e rica relação com múltiplos deuses, foi suprimido/violentado pela força política do faraó somada à ideia do deus único (SILVA, 2010, p. 51). Amenófis IV exerceu uma série de medidas – apagou qualquer registro que pudesse remeter a adoração dos outros deuses, mudou as artes, mudou seu nome para Akhenaten<sup>11</sup> e construiu uma nova capital egípcia, Akhetaten<sup>12</sup> – na tentativa de eliminar o politeísmo do Egito para a prevalência de Aten e, conseqüentemente, dele mesmo, uma vez que o poder político e

---

<sup>8</sup>Se considerarmos a democracia enquanto forma de garantia da expressão individual em um estado de igualdade social com a devida separação entre público e privado, penso que a divisão do monoteísmo em várias religiões com múltiplas ramificações não se configure como uma característica democrática, já que a intolerância/violência permanece presente. Esta divisão se caracterizaria somente como uma consequência de escolhas individuais feitas por seres conscientes diante das possibilidades e agindo a partir de um senso independente. A democracia existente neste caso, reside no poder fazer as próprias escolhas, levando em consideração os diversos momentos em que o poder de ação teve que ser conquistado através de muitas lutas, mesmo em sociedades “democráticas”, onde tais direitos deveriam ser garantidos. Sobre este assunto, me aproximo da reflexão feita por Miguel Gaviria na qual ele compara o monoteísmo ao totalitarismo, ambos sistemas – um de crenças, outro político-administrativo – em que o poder se concentra nas mãos de um único representante. Conseqüentemente, “não há espaço para a prática da democracia, nem mesmo a garantia aos direitos individuais”. (GAVIRIA, 2014, p. 142; SILVA, 2009, p. 89-92.)

<sup>9</sup>O ecumenismo é a busca pela convivência harmoniosa entre as religiões. No Brasil, este ideal é expressado através de atitudes e movimentos como a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa que acontece desde 2008 no Rio de Janeiro, ou a implementação do dia 21 de janeiro como o dia nacional do combate à intolerância religiosa. Hoje há um elevado índice de casos de intolerância religiosa por todo o Brasil, tendo destaque os casos de intolerância religiosa de neopentecostais para com os afro-religiosos, daí a necessidade de intervenções sociais acerca deste tema. GOMES; DIDIER; SILVA. **Etnografando a caminhada contra a intolerância religiosa**; ARAÚJO; ACIOLY. **Intolerância contra afro-religiosos: conhecendo o candomblé dentro da sala de aula**; QUINTANA. **Intolerância religiosa na escola: o que professoras filhas de santo tem a dizer sobre esta forma de violência**; SANTOS. **A educação e as religiões de matriz africana: motivos da intolerância**. Ver referências.

<sup>10</sup>Divindade representada por um sol e já existente no panteão egípcio.

<sup>11</sup>Amenófis significa “Amon está satisfeito” enquanto que Akhenaten significa “o espírito de Aten”. O direcionamento para Aten como o grande e único deus mostra o claro interesse de rompimento com o deus Amon, até então o deus prevalente na cidade de Tebas.

<sup>12</sup>“O horizonte de Aten”.



o poder divino eram expressões de uma mesma consubstancialidade (SILVA, 2010, p. 51-52). Amenófis IV pretendia subjugar tanto os próprios egípcios quanto os outros povos conquistados em um contexto de expansões territoriais. (SILVA, 2010, p. 53). O monoteísmo de Aten durou enquanto Amenófis IV reinou (1364 - 1347 a.C.). Depois de sua morte o politeísmo retomou sua força anterior (ROMÁN, 2014, p. 29).

Mesmo que esta experiência tenha durado pouco tempo, cerca de dezessete anos, o episódio do monoteísmo de Aten pode ser visto como um exemplo da produtiva combinação entre conquista/domínio e religião, algo que foi muito bem explorado nas Américas pelos conquistadores europeus através do duplo movimento colonização/evangelização que, de modo geral, “é um eufemismo que, a despeito da sinceridade dos missionários, pressupunha não apenas a derrocada econômica e social, como também a vitória cultural e a imposição do Deus cristão”. (SILVA, 2010, p. 48). É importante destacar que esta produtiva combinação cria, por consequência, cenários de violência e intolerância, vistos demasiadamente ao longo da história em outros casos, como os conflitos entre judeus e cristãos, cristãos e islâmicos, as diversas inquisições católicas, a conquista espiritual do Novo Mundo, a legitimação religiosa da escravidão, e mais recentemente, a violência neopentecostal contra afro-religiosos (FONSECA, A. B; ADAD, C. J. C, 2016, p. 56-64).

### **PIBID: Relato de experiência**

O projeto foi desenvolvido com alunos do 6º ano A e B do ensino fundamental II na Escola Municipal Agenor Ferreira Lima, zona leste de Manaus, Amazonas, Brasil, durante o quarto bimestre escolar do ano 2017, mais especificamente entre outubro e dezembro deste mesmo ano. Para a execução do projeto, dispomos do quadro branco, pincel, notebook, projetor e também de outros espaços escolares além da sala de aula, como o auditório. Inicialmente, a partir do diálogo com os alunos, foram colocadas questões sobre o que eles entendiam como religião e o que consideravam intolerância. Após um diálogo geral, cada aluno escreveu individualmente suas opiniões sobre a temática. Em meio as respostas sobre religião, as mais recorrentes foram “religião é ir pra igreja”, “religião é adorar a Deus” e “religião é quando você acredita em Deus e começa a seguir ele”. Sobre intolerância as respostas mais comuns foram “é quando você não gosta de alguém e aí xinga” e “não sei o que é isso”. Este primeiro momento funcionou como um diagnóstico geral da sala para ser possível visualizar o melhor direcionamento para os pontos a serem levantados durante o projeto. Como o tempo para o



desenvolvimento foi curto<sup>13</sup>, é válido ressaltar que as intervenções tiveram caráter introdutório com a finalidade de despertar a curiosidade dos alunos para a temática proposta e a partir do diálogo, viabilizar as noções necessárias para a reflexão sobre o tema.

Em seguida, por intermédio do uso de slides, foram abordadas as diferentes formas de religiões, as maiores religiões do mundo atual em números de adeptos, o que pode ser considerado intolerância e suas dimensões discriminatórias e violentas. Neste primeiro momento, também foram apresentados alguns casos reais de intolerância religiosa ocorridos no Brasil, como em agosto de 2017 aconteceu com uma idosa em Nova Iguaçu, agredida a pedradas pela vizinha por ser umbandista ou o famoso caso do “chute na santa” de 1995. Os casos de violência religiosa que resultaram em agressão física foram os que mais surpreenderam os alunos, muito por conta das imagens das vítimas. De fato, o intuito foi surpreendê-los, mostrando o que realmente acontece com essas pessoas e que eles não estão distantes desta realidade e que pode vir a acontecer até mesmo na escola ou em suas casas, daí a importância de refletir sobre isto.

Em seguida, devido ao dia da Consciência Negra estar próximo do momento em que o projeto foi iniciado e a escola estar desenvolvendo atividades voltadas para este dia e, partindo do pressuposto que grande parte da intolerância/preconceito no Brasil ocorrem como consequência do desconhecimento e da falta de informação (SANTOS, 2009, p. 05-08), as religiões de matriz africana foram abordadas de forma mais pontual, tendo em vista que elas são os maiores alvos da intolerância/preconceito na atualidade. A abordagem teve o intuito de mostrar um pouco desse universo para os alunos que, em sua grande maioria, até então desconheciam. Diante da amplitude do tema e o tempo limitado, escolhemos ministrar uma aula panorâmica apresentando as duas grandes divisões das religiões de matriz africana (tradicional e afro-americanas). Em seguida direcionamos o foco para as correntes afro-americanas, divididas em afro-brasileiras e afro-caribenhas, com suas respectivas características. Durante a aula, pudemos observar comentários vindo dos alunos como: “vai se converter”, “isso é macumba”. Os alunos pareciam não compreender a real dimensão de seus comentários. Vejo isto como um indicativo da generalização da intolerância em nossa sociedade tornando-a quase

---

<sup>13</sup>Minha participação na escola começou em 25 de setembro de 2017 e a partir deste momento houve um período para familiarização com a escola e os alunos, no qual eu pude aprender sobre aquela dinâmica escolar específica com a professora efetiva e com meus colegas pibidianos que desenvolviam seus projetos a mais tempo na mesma escola. Após esse período, iniciei o projeto em 24 de outubro 2017 e finalizei em 07 de dezembro de 2017, totalizando 6 intervenções (aulas), tendo em vista o cronograma de distribuição dos pibidianos e seus respectivos projetos em dias específicos e os dias em que a professora ministrou o conteúdo programático previsto no plano da escola.



que “natural”. Tendo em vista que a todo momento os alunos estão aprendendo em todos os ambientes por eles frequentados, não só na escola, o discurso da intolerância é constantemente apreendido e reproduzido em tom de naturalidade. Ainda vinculado ao dia da Consciência Negra, abordamos em sala a capoeira enquanto patrimônio sociocultural brasileiro fortemente marcado pelas religiões de matriz africana. Após uma aula introdutória ao tema, convidamos o grupo Associação Cultura Brasileira de Capoeira (ACBC) para realizar uma apresentação para os alunos no auditório da escola. A representante do grupo, mestra mainha, apresentou um histórico da capoeira no Brasil, seus benefícios enquanto prática esportiva e filosófica e suas principais características, tanto sobre os movimentos realizados quanto sobre os instrumentos tocados. Em seguida, o grupo jogou para os alunos, demonstrando os principais movimentos, o funcionamento dos instrumentos e a dinâmica da capoeira de modo geral. Os alunos foram convidados para jogar com o grupo e mostraram-se bastante receptivos e empolgados.

A finalização do projeto consistiu na elaboração de um questionário pensado como uma forma de avaliar o posicionamento dos alunos em relação a temática após o projeto. Os alunos então responderam quatro questões: 1) o que é religião? 2) o que é intolerância? 3) pesquise um caso de intolerância religiosa que tenha acontecido no Brasil; 4) fale um pouco sobre o que você achou da apresentação do grupo de capoeira. Ao comparar a postura inicial dos alunos com as respostas dadas ao fim do projeto, a maioria parece ter passado a compreender a religião como uma ideia mais ampla e a intolerância como algo ruim e isto é de grande relevância, uma vez que tal compreensão pode torná-los mais abertos para com as diversidades. Por exemplo, em um dos questionários o aluno escreveu que compreendia religião como “vários tipos de crença como em Deus mais também em outras coisas”. Já em outro questionário, uma aluna escreveu que a “intolerância é muito ruim porque faz com que as pessoas machuquem as outras só porque elas não concordam sobre Deus”. Podemos pensar se os comentários maldosos surgidos durante as aulas não funcionariam como respostas automáticas dos alunos quando confrontados com tais questões, pois o interesse por parte dos alunos era evidente na medida em que iam conhecendo outras formas de pensar o mundo. Tal constatação também pôde ser verificada na atividade com o grupo de capoeira, já que aqueles alunos que durante as aulas pareciam avessos à temática durante o jogo de capoeira foram os que mais gostaram, chegando até mesmo a participarem.



## Considerações Finais

Acredito ter conseguido alcançar uma parte considerável dos alunos do 6º ano A e B na Escola Municipal Agenor Ferreira Lima em 2017 com o projeto “Religião e Intolerância”. Lamento o curto tempo e a impossibilidade de dar prosseguimento ao projeto, mas espero grandemente ter contribuído, mesmo que de forma singela, para a formação daqueles alunos enquanto cidadãos. Acredito que o papel da escola – ou melhor, da educação – é fundamental diante do atual cenário de intolerância religiosa no Brasil. A contribuição dos movimentos sociais já existentes é inegável. Entretanto, acredito que somente na mudança educacional e também no posicionamento dos educadores, que muitas vezes ignoram a existência da intolerância nas escolas ou não trabalham com a temática em sala de aula, à revelia do aparato legislativo já existente, há uma alternativa consideravelmente transformadora e duradoura.

Para tanto, é necessário a adoção imediata por parte do educador e de todos aqueles que influenciam no processo de ensino-aprendizagem de parâmetros que sustentem de forma satisfatória a resolução de tais questões, como a compreensão da ideia de religião como um fenômeno cultural, portanto, diversificado e portador de significados histórico-culturais específicos e, conseqüentemente, dentro de um contexto histórico próprio que deve ser igualmente compreendido e o estudo das múltiplas religiões a partir de um diálogo ecumênico e inter-religioso, mediado sem o caráter doutrinador por parte do professor (SILVEIRA, 2010, p. 07-10). É igualmente imprescindível que haja a reeducação dos educadores, na medida em que essas questões permanecem em muito silenciadas, inclusive durante o processo de formação dos educadores. Conforme o educador busque pensar a partir do diálogo inter-religioso e respeitoso sem se colocar como o juiz que decide sobre os que estão “salvos” e os que não estão, compreendendo que na diversidade não há somente estranhamento, mas também lições e coisas belas que devem ser entendidas a partir do seu próprio campo semântico e não pelo filtro de suas próprias convicções, vamos estar mais próximos de uma sociedade um tanto mais saudável.

**Artigo recebido em: 18/09/2018**

**Recebido em: 18/09/2018**



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, V. A. B. de; ACIOLY, A. C. “INTOLERÂNCIA CONTRA AFRO-RELIGIOSOS: Conhecendo o candomblé dentro da sala de aula”. In.: **XVII Encontro Estadual de História**, v. 17, n. 1, p. 568-577, 2016.

BARBOSA, E. T. **Os sentidos do respeito na escola: uma análise da perspectiva da psicologia histórico-cultural/** Eveline Tonelotto Barbosa. – Campinas: PUC-Campinas, 2012. 177p.

CAPUTO, S. G. **Por que Jesus pode entrar na escola e Exu não pode?**. Disponível em: <<https://meujazz.wordpress.com/2010/01/24/por-que-jesus-pode-entrar-na-escola-e-exu-nao-pode/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CARVALHO JÚNIOR, A. D. de. “A magia do novo. Índios cristãos nas fronteiras da Amazônia colonial”. In.: **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 30 novembre 2011. Acesso em: 28 set. 2017.

CORRÊA, A. de M. “O sagrado é divino, a religião é dos homens: territórios culturais e fronteira simbólicas, a intolerância religiosa na contemporaneidade”. In.: **Espaço e cultura, UERJ, RJ**, v. 1, n. 31, p. 125-138, 2012.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa/** Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. – 3. Ed. totalmente revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, A. B; ADAD, C. J. C. (Org). **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015): resultados preliminares**. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016.

GAVIRIA, M. A. P. “Dr. Sigmund Freud, Ensaios. Moisés e a religião monoteísta, 1939”. In.: **Revista estética e semiótica**, v. 4, n. 2, p. 139-157, 2014.

GOMES, C. F; PAULA, M. M. F. de; OLIVEIRA, T. F. de. “Intolerância religiosa no Brasil”. In.: **Cadernos de iniciação científica da FDCL**, v. 1, n. 1, p. 57-58, 2014.

GOMES, E. de C; DIDIER, H. de S; SILVA, Y. C. da. **Etnografando a caminhada contra a Intolerância Religiosa**. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1614>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

OLIVEIRA, I. D. de. “Religiões afro-brasileiras e violência”. In.: **Ciberteologia – Revista de Teologia e Cultura**, v. 7, n. 35, p. 16-23, 2010.

PEREZ, L. F. **Conflito religioso e politeísmo dos valores em tempos de globalização**. Disponível em: < <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a25-lfreitas.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2017.

QUINTANA, E. “INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ESCOLA: O que professoras filhas de santo tem a dizer sobre esta forma de violência”. In.: **Revista fórum identidades**, v. 14, n. 7, p. 127-140, 2013.



SANTOS, E. P. dos. A educação e as religiões de matriz africana: Motivos da intolerância. **GT Afro-brasileiros e Educação**, UNILESTE: Minas Gerais, n. 21, v. 02. Disponível em: <[www.28reuniao.anped.org.br/textos/gt21/gt21241int.doc](http://www.28reuniao.anped.org.br/textos/gt21/gt21241int.doc)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SILVA, A. O. “Monoteísmo e intolerância religiosa e política”. In.: **Revista eletrônica do núcleo de estudos e pesquisas do Protestantismo da Escola Superior de Teologia – EST**, v. 23, n. 113, p. 47-54, 2010.

SILVA, E. M. da. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. *Rever: Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, v. 04, n. 02, p.01-14, 2004. Disponível em: <[https://www.pucsp.br/rever/rv2\\_2004/p\\_silva.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Ed Contexto, 2009.

SILVEIRA, R. M. G. **Diversidade Religiosa**. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03\\_rosa2\\_diversidade\\_religiosa.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_rosa2_diversidade_religiosa.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2017.

ROMÁN, C. S. **El reinado de Amenofis IV – Akhenatón**. Logroño: Facultad de Letras y de la Educación, 2014, 36p.